

Sumário

1. Introdução e fixação dos “marcos de análise”	1
2. O Direito Econômico e suas bases fundamentais	7
2.1 O conceito de Direito Econômico	8
2.2 A Constituição econômica	12
2.3 A ideologia constitucionalmente adotada e o princípio da economicidade	14
2.4 Um direito da realidade social: o surgimento do Direito Econômico	18
2.5 A competência legislativa e administrativa em Direito Econômico....	23
3. O liberismo, o neoliberalismo, e a análise econômica do Direito ...	29
3.1 Liberismo.....	29
3.2 Neoliberalismo	39
3.3 Análise econômica do Direito.....	47
4. A Lei da liberdade econômica: origem, motivação e normas	55
4.1 A exposição de motivos.....	55
4.2 Disposições gerais da Lei	69
4.2.1 Artigo 1º: Definições gerais trazidas pela Lei	69
4.2.2 Artigo 2º: Princiologia da lei	88
4.3 Da declaração de direitos de liberdade econômica	99
4.4 Das garantias de livre iniciativa.....	150
4.5 Da análise de impacto regulatório	186
4.6 Das alterações legislativas.....	199

5. Considerações finais e rememoração dos “marcos de análise”	263
5.1 Exposição de motivos	265
5.2 Interpretação favorável à liberdade econômica de normas de ordenação pública (art. 1º, §2º).....	265
5.3 Arts. 1º, 2º, 3º e 4º como normas gerais de Direito Econômico (art. 1º, §4º).....	266
5.4 Adoção enquanto princípios da LLE da intervenção subsidiária do Estado e da vulnerabilidade do particular (art. 2º, inciso iii)	267
5.5 As atividades de baixo risco (art. 3º, inciso i)	267
5.6 Silêncio administrativo e a liberação da atividade (art. 3º, inciso ix)....	268
5.7 Garantias da livre iniciativa (art. 4).....	268
5.8 Tentativa de se criar amarras à fiscalização da Administração Pública e o critério da dupla visita (arts. 4º - a, incisos ii e iii).....	268
5.9 Análise de impacto regulatório (art. 5º)	269
5.10 Modificações legislativas em outros diplomas	270
6. Referências bibliográficas	271